

Brasil paga menos juros

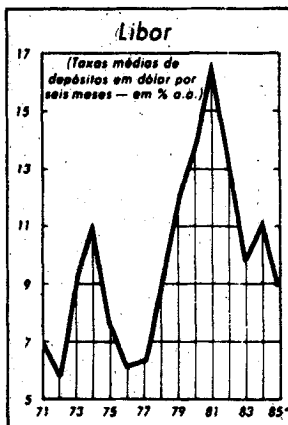
por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

O governo Tancredo Neves poderá contar com uma margem de manobra nas contas do balanço de pagamentos mais larga neste ano do que se previa anteriormente. E isso porque o Banco Central está calculando, agora, que os gastos com o pagamento de juros ao exterior, em 1985, poderão ficar entre US\$ 800 milhões e US\$ 1 bilhão abaixo das estimativas iniciais, feitas em novembro do ano passado.

Em princípio, não deverá haver uma reprogramação geral das contas na área externa de forma a absorver essa "economia" de US\$ 1 bilhão, de acordo com uma fonte governamental. Esse espaço adicional permitirá ao próximo governo enfrentar dificuldades inesperadas ou mesmo aproveitar essa margem como incentivo à retomada do crescimento econômico, uma das principais metas do presidente eleito Tancredo Neves.

Ao formular sua projeção para o balanço de pagamentos deste ano, o Banco Central, em novembro último, calculou que o dispêndio do País para pagamento de juros chegaria a US\$ 12 bilhões, em termos líquidos — resultado de gastos de US\$ 13,2 bilhões e receitas das aplicações das reservas internacionais de US\$ 1,2 bilhão.

Essas contas levam em consideração como parâmetro básico uma taxa média de Libor — taxa inter-



Fonte: Centro de Informações do Comércio
Média dos primeiros vinte e um dias

bancária de Londres —, neste ano, de 11,50% ao ano. A revisão atual foi necessária porque houve uma redução substancial das taxas internacionais.

A Libor — que serve de base para cerca de 65% da dívida externa brasileira — está hoje abaixo dos 9% ao ano, permitindo que se calcule uma taxa média para o ano bem inferior aos 11,50% inicialmente tomados como parâmetro.

Por enquanto o BC está trabalhando com uma projeção revista de 10,5%, concedendo uma margem de segurança, pois a tendência é de que a média fique abaixo disso. Em janeiro, por exemplo, a Libor média está em 9,02%, de acordo com os dados do Banco Central. E não existiria, ainda segundo essa fonte governamental, nenhum indicador de que a tendência das taxas internacionais sofra outra reversão brusca a curto ou mesmo médio prazo.